

# Quem é o chefe de Estado?

O sr. Antônio Carlos Magalhães costuma dizer que “cada dia tem sua aflição”. Resta saber se não terá chegado o dia da “aflição” para o governador baiano, que desfilou em Brasília não como príncipe-herdeiro, confirmado numa eventual sucessão, mas como alguém que se julga com poder suficiente para dizer ao presidente da República “quero, não quero”. Com a consagração do sr. Antônio Carlos Magalhães anteontem como um general romano no seu *triumfo*, o jogo de poder deslocou-se do âmbito do Congresso e deixou de dizer respeito à eventual substituição do presidente Collor de Mello pelo vice-presidente Itamar Franco para centrar-se na pretensão do governador da Bahia de ser o detentor do poder real na República.

É preciso dizer que o sr. Antônio Carlos Magalhães está jogando o tudo pelo tudo. Ninguém pode afastar a hipótese de que, confrontado pelos “eu quero, não quero” do governador, o presidente da República diga simplesmente: “Quero”. Que sucederá, então? Irá o PFL formar com as oposições, decretar o impedimento do presidente da República e contentar-se com as sobras que a coligação PMDB-PSDB-PT lhe deixar no governo federal? O sr. Antônio Carlos Magalhães saberá resistir, então, ao cerco que seu desafeto, o vice Itamar Franco, lhe moverá?

A vocação dos integrantes da Frente Liberal (não se perca pelo nome) não milita

em favor dessa ruptura. Então, por que fez o governador da Bahia questão de ser o protagonista do show em que se transformou a posse do ministro Eraldo Tinoco? Simplesmente para afagar a vaidade? Ou para dizer ao presidente da República que as atenções do meio político e da própria imprensa se dirigiam mais a ele, Antônio Carlos Magalhães, do que ao dono da casa, o presidente da República?

Os dois motivos são válidos. Há um terceiro, porém: o governador baiano, formado no espírito do desenvolvimento a qualquer custo externo e da calma ilusão da “ilha da tranquilidade” que era o Brasil durante o governo do general Geisel, quis lançar seu programa de governo, se possível para ser aplicado agora e já por delegados seus: pleno emprego, desenvolvimento, inflação baixa, aumento da arrecadação, fim da estagflação, povo feliz, menos crise econômica e menos crise moral. O presidente Médici dizia, a seu tempo, que o Estado estava rico e o povo pobre. O presidente Geisel afirmava que éramos uma ilha de tranquilidade num mundo conturbado pela crise do petróleo e depois pela crise dos juros. O presidente Figueiredo, coitado, esse teve que se conformar com a crise cambial de 1982. O sr. Antônio Carlos Magalhães não quer ser comparado



ao último dessa lista. Ele prefere ser o primeiro, quando ao desenvolvimento se juntava o futebol e todos eram felizes, sem o saber — até que as leis da economia mundial impuseram seu preço aos que pretendem fazer o desenvolvimento a qualquer custo, especialmente os dos “cartórios”, dos cartéis e das reservas de mercado.

O sr. Antônio Carlos Magalhães parece não se dar conta de que todos os brasileiros querem a mesma coisa que ele. Até mesmo o ministro Márcio Marques Moreira, que seria um insensível, ou um sádico, se considerasse ser preciso impor a todos o sacrifício da recessão, do desemprego, da desagregação dos laços familiares, da intranquilidade, do desassossego social, da ameaça de ruptura institucional, apenas para demonstrar que sua fórmula de combater a inflação é correta. Ora, apesar de devoto de santos católicos, o ministro Márcio não tem, ao que se saiba, o cilício e a flagelação entre suas atitudes piedosas para chegar ao Céu.

O sr. Antônio Carlos Magalhães, que além de governador eleito da Bahia é o capitão-general autônomo daquela capitania e das demais em que o PFL tem donatários ou pretende fazê-los, também não gosta de impor ao povo o sacrifício do cilício e do chicote. Sucede que nos seus

“quero, não quero” vai muito da mesma vontade política que levou o primeiro governo Collor de Mello ao desastre. Não por culpa do PFL, reconheça-se, mas da “Irmandade da Economia”. Depois, porém, o PFL, apesar do que brama o seu líder da Câmara dos Deputados, tem responsabilidade como todos os partidos que estão no Congresso e que fazem do Orçamento uma peça para obter verbas e prestígio eleitoral à custa delas, e se recusam a enfrentar com coragem — a mesma coragem com que o capitão-general da Bahia enfrentou o presidente da República — as mudanças constitucionais que se impõem para levar a cabo a reforma do Estado.

O sr. Antônio Carlos Magalhães, capitão-general e governador da Bahia, lançou sua candidatura a vice-rei do Brasil, imaginando-se nos tempos da Colônia em que havia um vice-rei em Salvador e outro em São Luís (pensando que Collor de Mello é vice-rei do Maranhão). Pode acontecer, porém — e esperamos que suceda —, que o presidente da República tenha plena consciência de que é o chefe de Estado e de quem nomeia ministros e faz a política econômica é ele, não uma CPI, ou o governador de São Paulo ou da Bahia. Se S. Exa. não tiver essa aguda percepção de seus poderes e prerrogativas, o Estado estará em crise — e a intervenção do sr. Antônio Carlos Magalhães só terá servido para precipitar o desfecho dela.